

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.614.215 - RJ  
(2019/0332205-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : ASSOCIACAO FLUMINENSE DE ASSISTENCIA A MULHER A CRIANCA E AO IDOSO**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS ASSAD BICUDO - RJ100248**  
**MURILO MADRUGA FARIA - RJ139443**  
**EMBARGADO : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A**  
**ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**  
**LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445**  
**LADISLAU FONSECA DE SOUZA NETO - RJ188847**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por ASSOCIACAO FLUMINENSE DE ASSISTENCIA A MULHER A CRIANCA E AO IDOSO em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante o seguinte:

04. Portanto, equivocadamente, data venia, a Terceira Vice-Presidência do E. TJERJ, ao apreciar a admissibilidade do recurso especial, entendeu que o mesmo “encontra óbice na Súmula nº 735 do STF: não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defer e medida liminar”. NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO À SÚMULA Nº 7 DO STJ. O FUNDAMENTO FOI ÓBICE EQUIVOCADO NA SÚMULA 735 DO STF.

[...]

08. Por todo o exposto, pugna sejam RECEBIDOS e PROVIDOS os presentes embargos para que seja sanada a obscuridade mediante reconhecimento por essa Preclara Turma de que (i) a decisão da 3ª Vice-Presidência do E. TJERJ que inadmitiu o recurso especial se fundamentou na Súmula 735 do STF, não na Súmula nº 07 desse STJ, como consta na decisão ora embargada, (ii) que a Súmula nº 735 do STF nada guarda relação com o assunto abordado no recurso especial, e, com esses reconhecimentos, que sejam TORNADA SEM EFEITO a decisão ora embargada e, consequentemente, RECEBIDO o agravo em recurso especial nº 1.614.215-RJ para que seja PROVIDO no sentido de ser JULGADO o recurso especial, que também merecerá provimento.

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios

para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Não há obscuridade alguma a ser esclarecida, pois a decisão embargada superou a decisão de inadmissibilidade do Tribunal de origem e, portanto, decidiu pelo conhecimento do referido agravo em recurso especial.

A decisão embargada ultrapassou às questões referentes à admissibilidade e decidiu sobre as alegações do próprio recurso especial, o qual não foi conhecido em razão do disposto na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDCI no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente